

“Vamos crescer mais que a inflação”

Para presidente do IBGE, o PIB deverá fechar em cerca de 5%, mas país precisa distribuir renda

Rodrigo Camarão

Não convide o presidente do IBGE e um desenvolvimentista desses para uma discussão pública sobre os rumos econômicos do país, a não ser que queria ver Eduardo Pereira Nunes muito bravo. Aos 54 anos, o economista, guardião dos números do governo, não aguenta ouvir falar em inflação. Afinado ao discurso governamental, diz preferir um crescimento econômico menor a uma inflação fora de controle. O milagre econômico dos anos 70, ressalta, não lhe dá saudade. Por causa dele, o país teve uma década perdida na renegociação da dívida externa. Com a concretização do acordo internacional, em 1993, o Plano Real pôde interromper uma série de tentativas frustradas de estabilidade.

Eduardo foi um dos responsáveis pela revisão da metodologia de cálculo do PIB brasileiro, que deu mais importância ao setor de serviços em detrimento, por exemplo, do segmento de extração de petróleo. Funcionário de carreira do IBGE desde 1980, gosta de citar a teoria macroeconômica do inglês John Maynard Keynes para provar como determinadas variáveis podem influenciar positiva ou negativamente no desenvolvimento do país. Eduardo acha que, no Brasil, crescer com sustentabilidade significa controlar o meio ambiente e promover uma verdadeira distribuição de renda.

O crescimento do PIB vai chegar mesmo a 5%?

— Não tenho nem acesso a esse número. Uma série de informações depende dos dados de novembro e dezembro. O ano de 2007 é um ano que vem apresentando números positivos e crescentes, trimestre a trimestre. O país vai registrar taxa de crescimento maior que a inflação pela primeira vez em meio século. Já tenho registrado até o terceiro trimestre, 5,2% de crescimento. No último trimestre, a produção industrial vem crescendo, o comércio, as exportações também. O desemprego diminuiu. Faça você as contas. Tudo é convergente para indicador em torno de 5%.

A que atribui isso?

— Se você olhar a economia brasileira a partir do Plano Real, há uma nova realidade. Numa economia on-



PREVISÕES – O economista Eduardo Pereira Nunes ressalta que o controle da inflação tem de ser mantido para garantir desenvolvimento sustentável

>> Perfil

Eduardo Pereira Nunes

Carioca, é funcionário de carreira do IBGE desde 1980, no Departamento de Contas Nacionais, onde foi chefe até 2003, quando assumiu a presidência do IBGE. Formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro é professor dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas.

de não há a alta inflação contaminando o cálculo econômico, o planejamento privado ou governamental fica mais visível. Os primeiros anos imediatamente depois do Plano Real foram dedicados a acomodar a economia a um mundo sem inflação, ou sem inflação alta.

Hoje, a inflação nem se compara àquela dos anos 80, por exemplo.

— Você tratava de inflação de 40% ao mês. Significa dizer que, de forma acumulada, em seis meses, tem quase

200% de inflação. Se pegar de 1995 a 2007, temos mais de 140 meses. Nesse tempo, não há o mesmo nível de inflação daqueles seis meses. A inflação de todo o Real é de mais de 200%, mas diluídos em cerca de 140 meses. Quando isso acontece, outras prioridades podem ser definidas.

Quais, por exemplo?

— A primeira foi o controle da própria inflação e, depois, o controle das contas externas. Antes de 1994, o grande problema do Brasil não foi a inflação, embora fosse elevadíssima a ponto de termos inúmeros planos de controle fracassados. E por que nenhum deu certo antes do Real? Porque, de todos, foi o único implementado numa época em que um problema grave da dívida externa tinha sido equacionado.

E por que a dívida externa não deixava que a inflação fosse controlada?

— Porque, tendo em vista a prioridade do pagamento da própria dívida, o país tinha uma política econômica severíssima no sentido de não permitir que nossas divisas fossem gastos na compra de produtos importados e estimular o máximo possível a exportação do que produ-

zíamos. Uma das formas de estimular exportação é desvalorizar a moeda local. Mas ainda se comprava o essencial. E, por isso, pagava-se qualquer preço na importação de máquinas e petróleo, numa época em que o país não era auto-suficiente. O valor do petróleo subiu no mercado internacional nos anos 80 e 90 e o preço em moeda nacional também, porque estava desvalorizada. Além disso, numa economia fechada, sem concorrência, o empresário podia cobrar quanto quisesse, porque o consumidor não tinha escolha. Essa foi nossa realidade nos anos 80 e 90.

E como esse problema foi resolvido?

— Em parte, pagamos a dívida com a geração de uma série de superávits no nosso comércio, basicamente para pagamento dos juros da dívida. Ao mesmo tempo, o país conseguiu, depois de muitos anos, renegociar a sua dívida. O Brasil não teve problemas de pagamento da dívida. Houve atrasos como no governo Sarney, com o ministro Dilson Funaro, e no governo Collor. O exportador não tinha certeza de que iria ser pago. Então, passou a cobrar adiantado. A negociação com os

credores veio desde 1983, que só terminou em 1993.

E o chamado milagre econômico da década de 70?

— Acontece que não tenho saudade dessa década que muitos memoraram. O crescimento acelerado foi financiado pela dívida. Mas depois a realidade mudou. Choque no petróleo, elevação brutal da taxa de juros em 1979 nos Estados Unidos. Quem herdou essa economia endividada não podia mais continuar crescendo. Tinha que pagar a dívida. O Brasil passou a década de 80 pagando os juros e negociando o principal.

O Plano Real veio numa época em que o crédito e a confiança internacional começavam a voltar.

— Começamos a construir uma nova realidade. Para combater a inflação, o país trouxe produtos de fora para competir com os nacionais. Só pudemos ter caixa depois de termos nos livrado dos problemas da década anterior. 1993 é um ano fundamental. E o pequeno período do governo Itamar Franco. O responsável pela negociação foi Pedro Malan.

Continua na pág. E2